

AGRICULTURA FAMILIAR E TURISMO RURAL: O CASO DO RECANTO DOS MORANGOS

Luciana Contrella da Rocha¹
Rivelino Rodrigues²

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, devido aos processos tecnológicos e pela formação dos complexos agroindustriais, as produções agrícola e pecuária vem sofrendo transformações, que têm contribuído para a intensificação do uso dos recursos disponíveis no ambiente rural, o que corrobora para o surgimento de vários efeitos econômicos, sociais e culturais.

As transformações ocorridas no meio rural demandam a geração de novas oportunidades, resultando no surgimento de atividades alternativas não-agrícolas em substituição aos tradicionais usos da terra, configurando no denominado de “Novo Rural” (RODRIGUES; CAMPANHOLA, 2003; PEDRON et al., 2004).

As regiões rurais são aglomerados complexos, e a oportunidade econômica dessas regiões limita-se a três possibilidades: descobrir e mobilizar novos recursos; dar novo uso sustentável para recursos existentes; e/ou fazer melhor uso dos mesmos (ALMEIDA; SOUZA, 2004).

O ambiente rural passou por inúmeras transformações nos últimos anos, entretanto, ele não desapareceu, pelo contrário, passou a atrair outras atividades que não diretamente se vinculam às tradicionais formas de produção agropecuária como, por exemplo, o turismo rural (WANDERLEY, 2000; CARNEIRO, 2008).

De acordo com Faulin (2004), a agricultura familiar possui tanto importância socioeconômica para o Brasil, quanto capacidade de geração de emprego e renda no campo, além da sua importante contribuição para produção agrícola do país.

Para Graziano da Silva e Grossi (1999), um dos maiores desafios da política rural no Brasil é garantir a esse enorme contingente de pequenos agricultores sua permanência no campo, evitando assim o êxodo rural. Para tanto, se faz necessário ofertar-lhes emprego e nível de renda para assegurar-lhes a possibilidade de adequada qualidade de vida, com mais facilidade de acesso à educação e à saúde. Ainda, consideram os autores

1 Faculdade de Tecnologia de Jales Prof. José Camargo – Fatec Jales. E-mail: luescritoriobrasil@gmail.com

2 Faculdade de Tecnologia de Jales Prof. José Camargo – Fatec Jales. E-mail: rivelino.rodrigues@fatec.sp.gov.br

que, na atualidade, o espaço rural absorve crescentes atividades de diversas naturezas. Dentre as atividades não agrícolas podemos citar o turismo rural, o agroturismo, o turismo ecológico e outras formas de lazer que no meio rural, possibilitam alternativas de emprego e renda para as famílias dos pequenos produtores rurais.

Com base no exposto, o presente estudo tem por objetivo apresentar um estudo de caso em uma unidade de produção agropecuária, localizada no município de Urânia - SP, para análise do segmento de turismo rural como fonte de renda para pequenas propriedades.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso realizado em uma unidade de produção agropecuária, localizada no município de Urânia, região noroeste do Estado de São Paulo, que explora o turismo rural como fonte de renda. A estrutura fundiária do município é composta por 689 unidades de produção agropecuária (UPA's), num total de 20.258,3 hectares, com área média de 29,4 hectares, na qual predomina a agricultura familiar (SÃO PAULO, 2008).

O município de Urânia, localizado a 50°64'S e 20°24'W, situa-se na microrregião de Jales, no noroeste do Estado de São Paulo, com área total de 209 km² e, de acordo com IBGE (2016), a população estimada é de 9.135 habitantes. Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população do município residente na zona urbana totalizava 7.436 habitantes e 1.400 residentes na zona rural (IBGE, 2016). O município tem em suas principais atividades econômicas a produção agropecuária, alicerçada na fruticultura de mesa (uva e laranja), além da bovinocultura de corte e leite. Neste cenário, a agropecuária representa cerca de 37,4% do Produto Interno Bruto do município (IBGE, 2016).

A execução da pesquisa ocorreu em duas etapas. Em princípio, foi feita uma revisão da literatura disponível. Posteriormente, realizou-se uma entrevista para análise dos principais produtos e/ou serviços disponibilizados pelo empreendimento rural, tendo como auxílio um questionário semiestruturado, capaz de alcançar os objetivos almejados. A entrevista foi realizada em agosto de 2016.

A Lei 11.326/2006 considera o agricultor familiar com sendo aquele que pratica atividades no meio rural, possui área menor a 4 módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e o gerenciamento do empreendimento é feito pela própria família (BRASIL, 2006).

Neste contexto, a propriedade rural objeto de pesquisa possui 6 hectares, menos que o corresponde a 1 módulo fiscal, que no município de Urânia/SP equivale a 26 hectares (INCRA, 2013). A propriedade estudada explora a cultura do morango em sistema convencional de produção, sendo que a área cultivada com a cultura é de 1 hectare, outros 0,5 hectares são cultivados com hortaliças, e 1,5 hectares são ocupados por instalações/benfeitorias e casa de moradia do proprietário. O restante da área é destinado para pastagem.

A pesquisa foi desenvolvida sob método de estudo de caso (YIN, 2001). O método utilizado para o estudo consiste da análise descritiva. As análises referem-

se ao estudo e descrição dos dados coletados junto aos agricultores familiares, agrupados em tabelas, contendo informações como dados percentuais e descritivos.

Ainda de acordo com o autor, o método qualitativo é utilizado pelo pesquisador para que este tenha a sua percepção e consequente entendimento sobre os contextos histórico, social e cultural. Assim, o pesquisador torna-se um narrador incontestado da realidade e, por meio de levantamento bibliográfico, faz a observação sobre o tema pesquisado. O cruzamento das informações possibilita ao pesquisador um ajuste do tema e, neste contexto, destaca-se o papel do mesmo que não se contenta em apenas produzir o conhecimento, mas passa a interagir com os atores para produzir os resultados esperados na pesquisa.

O Método do Estudo de Caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é frequentemente utilizado para coleta de dados na área de estudos organizacionais, apesar das críticas que ao mesmo se faz, considerando-se que não tenha objetividade e rigor suficientes para se configurar enquanto um método de investigação científica (críticas inerentes aos métodos qualitativos, conforme já exposto).

3 REVISÃO DE LITERATURA

Quando pretende-se investigar sobre o meio rural nos dias atuais, rapidamente percebe-se que ele está constantemente acompanhado pelo adjetivo “novo”. Existem mudanças que possibilitam que se pondere nesse novo momento do meio rural, ambiente que passa a não ser mais avaliado somente segundo critérios como fertilidade da terra e o seu preço, mas também sob aspectos como acessibilidade e paisagem (FAVARETO, 2007).

Há três dimensões que tradicionalmente definem o meio rural: proximidade com a natureza, ligação com as cidades e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional. No entanto, as mesmas passam por deslizamentos em seus conteúdos sociais (FAVARETO, 2007; ABRAMOVAY, 2009). Quanto aos usos dos recursos naturais, estes não mais servem somente para a produção agrícola, ligando-se a novos usos sociais, como a conservação da biodiversidade existente; as relações com a cidade não mais advêm do campo enquanto fornecedor de bens primários, há uma integração e diversificação intersetorial maior entre os dois espaços; e, por fim, as relações interpessoais não mais podem ser vistas como homogêneas, pois uma forte variação de atores ocorre no meio rural (ABRAMOVAY, 2009).

Desta forma, a ruralidade deve ser compreendida enquanto uma representação social, que é definida culturalmente pelos atores sociais, que não mais exercem atividades homogêneas e somente ligadas à produção agrícola tradicional. Tanto o rural quanto o urbano são, então, representações sociais sujeitas a constantes reelaborações e redefinições, que ocorrem tendo como base o universo simbólico no qual se inserem (CARNEIRO, 2008).

Nesse contexto do “Novo Rural”, temos o turismo em áreas rurais, sendo esta uma atividade relativamente nova no Brasil, ainda mais se comparado com outras modalidades de turismo, como o de “praia”. Segundo Rodrigues (2000), não é possível datar exatamente seu início devido à vastidão do território brasileiro. No entanto, sabe-se que, em escala estadual, as primeiras atividades que foram denominadas como

turismo rural aconteceram em 1986 em Lages, Santa Catarina, quando a fazenda Pedras Brancas abriu suas porteiiras para que os visitantes pudessem passar um dia no campo.

De acordo com Lage e Milone (2000), o Turismo Rural trata-se de uma atividade socioeconômica, pois gera bens e serviços, mas o turismo moderno não precisa ter um conceito absoluto. Para Silva, Francisco e Thomaz (2010), as atividades do turismo rural merecem especial atenção sobre a ação de planejadores comprometidos não somente com a conservação dos recursos naturais, mas também com a geração de renda e melhoria no padrão de vida e equidade social para as comunidades locais.

A definição de Turismo Rural, segundo (BRASIL, 2003), exposta nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, elaboradas pelo Ministério do Turismo (MTur), em parceria com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o apresenta como um “conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o Turismo Rural, que se encontra em fase de expansão no Brasil, tem seu crescimento calcado pela convergência de dois fatores: a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e a vontade dos moradores do meio urbanos de reencontrar suas raízes, com os modos de vida, tradições, costumes, de estar em contato com a natureza e com as formas de produção das populações do interior.

O Brasil tem hoje diversas propriedades rurais, enorme potencial de riqueza cultural e de paisagens naturais, onde podem ser desenvolvidas atividades ligadas ao turismo rural. Esta modalidade de turismo é a interação do homem dos grandes centros urbanos com o espaço rural (SILVA; FRANCISCO; THOMAZ, 2010).

Este tipo de turismo tem como referência a ruralidade e pode abranger propriedades de pequeno, médio e grande porte, como também as unidades agrícolas consideradas tipicamente familiares (BRASIL, 2005).

Atualmente, o meio rural é visto como um espaço alternativo à vida na cidade e se configura como um local de repouso, harmonia, felicidade e convívio com natureza. Seus grandes atrativos são aspectos que, outrora, representavam verdadeiros obstáculos ao progresso agrícola (ABRAMOVAY, 2009).

Logo, a compreensão desta atividade e seus impactos na agricultura, especialmente no que tange a agricultura familiar, pode auxiliar na construção de instrumentos que permitam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade em que esta população está inserida (CAVACO, 1996).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados de pesquisa, o produtor declarou produzir hortaliças a mais de 20 anos e, especificamente, morangos a 3 anos. Atualmente, o turismo rural é o foco principal do empreendimento rural, sendo fruto de um processo endógeno local. Para implantação do projeto, não houve apoio de instituições públicas ou privadas.

Questionado do porquê resolveu apostar no turismo rural, o entrevistado H. P. P., respondeu que “foi sem querer, aconteceu por acaso”. Segundo Almeida (1999), o verdadeiro turismo rural é propenso a se desenvolver a partir de iniciativas locais, baseada nos recursos naturais e culturais existentes, criando rendas complementares e infraestruturas terciárias de interesse da população rural, buscando manter o equilíbrio entre os sistemas ecológicos, socioeconômicos e culturais do ambiente rural.

A ideia de apostar nessa modalidade de negócio surgiu em meados de 2013, quando o produtor resolveu plantar uma pequena área com morangos, para teste de um possível novo negócio na propriedade. Foi quando alguns amigos do mesmo, na época de colheita da fruta, postaram fotos em rede social com cestas contendo a fruta, obtendo grande repercussão. A partir da década de 1990, o surgimento de diversificadas modalidades do turismo em espaço rural, é impulsionado pela “valorização do ambiente natural, estimulada cada vez mais pelos meios de comunicação, a facilidade e as inúmeras possibilidades com que se pode deslocar-se e adquirir informações de diversos lugares” (RODRIGUES, 2001, p.1).

Notando tal repercussão, nos anos seguintes, o empresário resolveu aumentar a área plantada de morangos. No entanto, o foco ainda não estava no turismo rural, visto que a renda obtida com a cultura do morango dividiu-se entre a comercialização da fruta *in natura* com supermercados/mercearias, e o turismo rural na unidade de produção, além da comercialização das hortaliças, que até então era o foco do negócio.

Já no ano de 2016, o turismo rural é de fato o foco principal do empreendimento rural. De acordo com o entrevistado: “os produtos são vendidos todos na propriedade”, com as pessoas que visitam a mesma, assim como observa-se na figura 1, os turistas colhendo as frutas diretamente do pé.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 1. Colheita dos morangos

A comercialização dos morangos *in natura* e de seus subprodutos como, por exemplo, fruta congelada, geleia, bombons, tortas, espetos e sucos de morango (figura 2), também é realizado diretamente na unidade de produção. A comercialização de subprodutos da fruticultura contribui para reduzir custos de produção e contaminação ambiental (MENDES; GILAVERTTE, 2007).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 2. Comercialização de subprodutos preparados com morangos

Indagado do porquê escolheu produzir morangos, o entrevistado declarou que foi “pelo gosto de mexer com a fruta”, porém, a produção da mesma é realizada apenas na época do inverno. Atualmente, o turismo rural é principal fonte de renda da propriedade. Porém, o produtor continua no ramo de hortaliças, pois a produção da mesma se dá durante todo o ano, transformando-se assim numa renda complementar da propriedade.

A mão de obra empregada é familiar e contratada (6 a 8 pessoas contratadas), principalmente na época da colheita dos morangos (de julho a setembro), visto o grande número de visitantes na propriedade. Atualmente, até no final das últimas férias escolares do meio do ano de 2016, o entrevistado declarou que mais de 10 mil pessoas visitaram o local, sendo que esse número poderá aumentar até o final do ciclo de produção da fruta. O perfil do consumidor é predominantemente de famílias, composta por pessoas de todas as faixas etárias, para colher as frutas diretamente do pé e conhecer o espaço rural.

O marketing do empreendimento é realizado através da divulgação do negócio em uma rede social, e não é cobrado nenhuma taxa para visitação da propriedade. O entrevistado declarou ainda que possui um projeto de expansão do negócio, mas encontra dificuldades no clima quente, predominante na região noroeste do Estado de São Paulo, sendo um obstáculo para o cultivo da fruta na maior parte do ano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo rural é um fenômeno que pode ser explicado pela necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e a vontade da população urbana de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, e com os modos de vida, tradições e costumes, além de conhecer as formas de produção do meio rural.

Dessa forma, o empreendimento se torna viável, pois há um público ávido por este tipo de lazer. O turismo rural propicia o contato direto do consumidor com o ambiente rural e os produtos que consegue vender: o frescor da fruta *in natura*, e processada na forma de geleias, sucos, bombons entre outros. Assim, obtém-se melhor preço e qualidade dos produtos para o turista, maior rentabilidade para o produtor e valorização do espaço rural.

O caráter bucólico e simples do dia a dia dos agricultores familiares acaba atraindo visitantes, interessados em atividades de lazer pouco convencionais. Diante da realidade do rural local, acredita-se que a implantação deste projeto de turismo rural, em tese, poderá contribuir para o desenvolvimento e diversificação de atividades não agrícolas da zona rural do município.

Seja qual for a forma de oferecer o produto do turismo rural, é importante destacar que esta é uma alternativa de diversificação de renda da pequena propriedade rural. Por fim, o turismo rural se apresenta como uma alternativa para o incremento de renda e criação de novos postos de trabalho nas unidades de produção, de modo a reduzir o êxodo rural, fixando o homem ao campo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ALMEIDA, J.A. Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL. Turismo no espaço rural brasileiro, 1., 1999, Piracicaba. **Anais eletrônicos...** Piracicaba: FEALQ, 1999, 239 p. Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Jeanete.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2016.
- ALMEIDA, J.A.; SOUZA, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**: duas experiências brasileiras. 2004. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/turismorural/text-7.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2016.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

Famíliaes Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. 2005. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2016.

CARNEIRO, M. J. Rural como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In. RODRIGUES, A. B. Org. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996 p. 95-121.

FAULIN, E. F. **O uso do system dynamics em um modelo de apoio à comercialização:**

uma aplicação à agricultura familiar. 2004. 191 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=49>. Acesso em: 25 jun. 2016.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo demográfico 2010**. 2016. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. **Cidades: população estimada 2015**. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355580>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA. **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

LAGE, B. G, MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.; GROSSI, M. E. D. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

MENDES, C. Q.; GILAVERTTE, S. **Subprodutos da agroindústria de frutas como alternativa na alimentação**. 2007. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/radar-tecnico/ovinos-e-caprinos/subprodutos-da-agroindustria-de-frutas-como-alternativa-na-alimentacao-37802n.aspx>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

PEDRON, F. et al. **A geração de emprego e renda no turismo rural: uma análise**

de sete estudos. 2004. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/turismorural/artigo.ucs.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

RODRIGUES, A. B. **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001. 170p.

_____. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia In: ALMEIDA, J. A.;

RIEDL, M. (orgs). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

RODRIGUES, G. S.; CAMPANHOLA, C. Sistema Integrado de avaliação de impacto ambiental aplicado a atividades do Novo Rural. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 38, n. 4, p. 445-451, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext...>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SILVA, N.; FRANCISCO, A. C. de. THOMAZ, M. S. Turismo rural como fonte de renda das propriedades rurais: um estudo de caso numa pousada rural na região dos Campos Gerais no estado do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p. 22-37, 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/178>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.